

“TUDO FARINHA DO MESMO SACO”: TURISMO, CERCAMENTO DE TERRAS E IMPACTO SOCIOAMBIENTAL. O CASO DE PORTO DE SAUÍPE – BA.

Rosa Amélia Fortes Garcia Lorenzo¹

RESUMO: *Esse artigo foi elaborado a partir de um dos capítulos da qualificação da dissertação de mestrado intitulada: “ ‘Nem tudo que cai na rede é peixe’: Turismo e população local em Porto de Sauípe, Bahia. Examinarei neste estudo de caso, as assimetrias de poder estabelecidas a partir do domínio privado sobre os territórios das populações de pequenos agricultores, extrativistas e pescadores ao tempo em que apresento parte da história dos cercamentos das terras por empresas reflorestadoras, por grandes empreiteiras e empresários do ramo imobiliário. Pretendo mostrar que degradação ambiental e exclusão social são marcas profundas do modelo de turismo no Litoral Norte.*

Palavras-chave: Turismo; Populações tradicionais; Expropriação; Degradação socio-ambiental.

INTRODUÇÃO

Pode-se considerar dois grandes momentos da desestruturação dos modos de vida das populações do Litoral Norte, do Estado da Bahia após o período colonial. Um ocorrido através dos cercamentos das terras iniciado na década de 1970, com o projeto de reflorestamento e outro na década de 1990, quando o Estado se volta para o turismo, como nova política econômica para o desenvolvimento da região. Nesse artigo objetivo demonstrar quão violenta e devastadora tem sido a desarticulação da vida da antiga população de agricultores, pescadores e extrativistas, do Litoral Norte, particularmente de Porto de Sauípe.

As áreas de maior interesse compreendidas pelo denominado Distrito Norte, concentravam- nos municípios de Inhambupe, Itanagra, Entre Rios e Esplanada e foram tratadas como áreas devolutas. Entretanto a região se caracterizava por um grande número de minifúndios, dedicados a agricultura familiar, onde se plantava mandioca para o feitiço da farinha, o feijão, milho, por latifúndios à pecuária, principalmente de gado leiteiro e pela presença de pequenas, médias e grandes propriedades que começaram a se dedicar à fruticultura, entre as décadas de 1920 e 1930. (SAMPAIO,1990,p.24-29) Na região litorânea prevalecia as pequenas, médios e grandes plantações de coco, que empregava grande parte da mão de obra, tanto no plantio, coleta, como no descasque do coco, nesse caso a mão de obra era majoritariamente feminina. Além disso muitas localidades viviam do trabalho da pesca, mariscagem, artesanato, plantio de frutas, criação de animais, responsáveis pelo mercado regional.

¹ Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Bahia, professora da disciplina de Antropologia da Universidade do Estado da Bahia – UNEB, membro da equipe do Núcleo de Estudos do Meio Ambiente da Pró-Reitoria de Extensão da UNEB e do Núcleo de Estudos Ambientais e Rurais – NUCLEAR, da UFBA. E-mail: rosafgl@yahoo.com.br.

No discurso desenvolvimentista dos governantes, interventores do regime militar, a região não representava mais os interesses rumo ao progresso e a implantação dos distritos florestais, se apresentava como oportunidade de novos investimentos na região, com a tentativa de transformar sua economia, numa economia de mercado, no discurso modernizador de políticos conservadores, o turismo se apresenta como alternativa para o desenvolvimento nas áreas litorâneas do Litoral Norte.

O CERCAMENTO DAS TERRAS NO LITORAL NORTE

Na Bahia, ainda na década de 1950, a descoberta e a exploração do petróleo veio recolocar o Litoral Norte no cenário estadual: muitos poços se localizavam em Pojuca, Mata de São João, Itanagra, Entre Rios e Cardeal da Silva, de modo que o sistema de estradas teve de ser melhorado para transportar a produção para a Refinaria de Mataripe, atual Refinaria Landolfo Alves, instalada em 1949, no norte do Recôncavo, durante período da descoberta dos primeiros poços do país.

Nas décadas seguintes, o processo de concentração urbana e de declínio da agricultura se intensificou, devido à proximidade dos pólos industriais que foram implantados a norte do Recôncavo, no que viria a ser a Região Metropolitana de Salvador. Entre a década de 1960 e 1970 foi instalado o Centro Industrial de Aratu e o Polo Petroquímico de Camaçari ampliando mais o processo de concentração urbana.

A parte que me cabe neste latifúndio: situação fundiária dos pequenos produtores.

Pode se dizer situação fundiária do Litoral Norte manteve a estrutura herdada dos tempos coloniais. Vale recordar que a Lei de terras de 1850, reconheceu os direitos adquiridos durante o tempo em que as sesmarias vigoraram (1822), sendo assim, os senhores de engenho e gado mantiveram –se donos de grandes extensão de terras. Entre os posseiros, que tiveram negados o acesso a terra, através das normas legais vigentes, restou a alternativa do arrendamento ou da ocupação. Segundo Sampaio (op cit, 1990), a libertação da escravidão em 1888, numa conjuntura de decadência da cana-de açúcar e da pecuária, acrescentou à população empobrecida, que vivia em minúsculas parcelas de terra, uma massa de ex-escravos sem qualquer direito. Assim as formas de dominação foram se consolidando, sem instrumentos que regulassem as relações de trabalho e portanto continuaram caracterizadas pelo servilismo e dependência, que ainda hoje constituem traços marcantes das relações sociais na região, muito embora novos meios de organização social venham surgindo, como reação à opressão.

De acordo com as pesquisas agropecuárias da década de 1970, 80 e 90, citadas por Sampaio (op cit: 1990), as formas de arrendamento encontradas no Litoral Norte compreendem três modalidades distintas, conforme o pagamento seja efetuado em dinheiro, em produtos ou em dias trabalhados. Cada modelo desse constitui diferentes graus de dependência e autonomia do arrendatário em relação ao proprietário. Os pequenos produtores que possuíam o título de propriedade da terra, eram maioria na região, comumente essas propriedades eram seculares, mas não existem estudos que expliquem como isso chegou a se dar nessa região, tão marcada pela Sesmaria. Suspeita-se de que parte dos herdeiros do morgadio, que não eram primogênitos, tenham conseguido legalizar suas terras, mantendo-as através de acordos de não divisão do patrimônio. Eles cultivam, com base no trabalho familiar, agriculturas de subsistência e

agricultura comercial, as vezes associada à criação de animais de pequeno porte e à fruticultura. As propriedades tinham em média, 10 hectares, e uma família numerosa.

Até a década de 1970 cerca de 21,38% dos pequenos produtores do Litoral Norte, ocupavam terras consideradas improdutivas. Grande parte dessa população usava vastamente o território para a extração de frutas, fibras, madeira e para a caça, pesca e mariscagem, além da criação de animais como galinha, porco, pato e para o plantio de frutas nos quintais adjacentes à casa. Sem o título de propriedade pesava ainda mais a ameaça constante de permanência na terra. Esses pequenos produtores e/ ou extrativistas, foram alvo das empresas reflorestadoras e tem sido alvo das empreiteiras e empresas turísticas, interessadas nas terras da região. Grande parte dos trabalhos temporários, ou diaristas, tem sido exercidos desde 1970, por trabalhadores que já se encontram desligados da terra, vivendo exclusivamente de salário.

Estratégias usadas para a expropriação dos pequenos produtores

O Distrito Florestal foi criado em 1976 e os incentivos fiscais foram crescendo tanto que na década seguinte absorviam 75,1% dos recursos. Em 1982 o Litoral Norte assume o segundo lugar como Pólo Florestal do País, depois apenas de Minas Gerais (CEI, 1983: 34.). Informações colhidas na Pastoral da Terra por Marieze Sampaio, revelam que as áreas cobçadas pela reflorestadoras foram justamente os tabuleiros, território utilizadas pelos pequenos produtores como “fundo de pasto”, ou como reserva. Era nelas que criavam animais, retiravam lenha para uso doméstico e para pegar as estacas, utilizadas para as cercas e para apoio às plantações de maracujá, por exemplo. Também ali coletavam frutos, caçavam, pescavam complementando a dieta alimentar.

Os mecanismos utilizados pelas reflorestadoras para a aquisição das terras, foram variados. Uma das estratégias usadas era o pagamento da primeira parcela da compra das terras, condicionando o restante do pagamento à apresentação do título de propriedade. Como grande parte dos pequenos produtores, não tem o título, a empresa recusa-se a pagar o restante devido. (CEI, 1983:30). O Estado participava através da colaboração da justiça, por meio das legalizações das propriedades griladas, ou se ausentando do dever de proteção aos direitos dos cidadãos, fazendo vistas grossas às ameaças de jagunços e suas ações como: incêndios criminosos, derrubada de cercas e plantações, roubo e morte de animais de criação, ameaças de morte, etc.

Em 1987 a COPENER solicitou ao CRA o pedido de licença para a localização de uma fábrica de celulose. A proposta de Implantação da Norcell foi discutida a partir de 1988, período do governo de Waldir Pires.

Mas conjuntura política do país havia mudado, assim como a política internacional e as questões ambientais passaram a sensibilizar a opinião pública. O CRA passou a imprimir medidas mais rigorosas para o licenciamento de projetos considerados prejudiciais ao ambiente e o governo compelido a impulsionar outras atividades. Após um longo período de negociações e reuniões públicas, e da criação de comissão comunitária permanente, a construção da Norcel não se concretizou, à falta de parceiros internacionais e à conjuntura adversa. Os impactos sócio-ambientais provocados pela atividade reflorestadora e outros interesses econômicos, mobilizaram diversos atores sociais interessados na ocupação e definição de novos investimentos para a região. Um grupo composto por ambientalistas, pescadores, profissionais liberais, pequenos e médios proprietários de terra e alguns grupos econômicos, entre eles a Federação das

Indústrias da Bahia e a Construtora Norberto Odebrecht se mobilizam para defender outras perspectivas de planejamento para o Litoral Norte: o turismo internacional de grande porte, em oposição ao reflorestamento e produção de celulose.

Porto de Sauípe: breve história de um povoado da beira da costa

Porto de Sauípe é antigo povoado que fica localizado no Litoral Norte do Estado da Bahia, nas margens do Rio Sauípe, cujo estuário preserva uma extensa área de manguezal, cercado por zonas alagadiças e por uma praia de mar aberto, com extenso coqueiral. Distante 104 quilômetros da cidade de Salvador, a antiga vila de pescadores conheceu novas formas de relações de trabalho no fim do século XIX. , pois ao lado do sistema de arrendamento, surgia de forma tímida o assalariamento, com a compra de uma larga faixa de terra (80.000 ha, sendo 20 km pelo litoral entre Imbassaí e Subaúma e 40 km de lado) pelo empresário americano Sigismund Schindler, em 1897. Schindler chegou ao Rio de Janeiro em 1879, percorreu alguns estados e fixou moradia na Bahia, atraído principalmente pelas fibras das palmeiras de piaçava, utilizada na confecção de vassouras e pelos frutos da piaçava, o coquilho. (STIFELMAN, 1997, p.30)

A pequena aglomeração de pescadores ganhou em 1898 um porto, exatamente para escoar a produção local como: coquilho, a fibra da piaçava, o látex da mangabeira, a castanha do caju, o óleo de mamona, a farinha de banana, que lhe rendeu o nome Porto de Sauípe. De acordo com os informantes, o Porto ficou assim conhecido por causa do uso feito pelo empresário. Na realidade a formação natural da área facilitou o uso do Rio Sauípe como um porto para transporte da mercadoria.

A comunidade chama Porto de Sauípe por que o rio chama Sauípe, antes tinha barcas que entravam aí na Barra e iam pra Sauípe, elas ficavam na salinas, na levada, então ficou sendo considerado o porto, por causa da levada. O porto era na levada, onde hoje está Sauípe. A barça pertencia ao Schindler (gringo), ele ainda tem parente em Porto de Sauípe. A barça transportava polpa do coco, piaçaba, cachiba (fibra da piaçaba), timão.(José)

Durante a década de 1920, a fazenda adquirida pelo empresário americano mudou de mãos, mas não de atividade ou forma de exploração. O novo dono, a firma The British and Brazilian Rubber Planters & Manufacturers Limited, entrou para a memória local como a “Companhia Inglesa”. (SILVA, Rosemar, 2003, p.25). Segundo STIFELMAN(1997,p.24), a Companhia Inglesa faliu e o patrimônio foi passado ao Banco de Londres em 1940.

“Tudo farinha do mesmo saco”: a expropriação dos moradores de Porto de Sauípe e adjacências.

Com a Segunda Guerra Mundial e a decorrente crise do mercado internacional a exportação dos produtos do extrativismo foi interrompida. Até 1951, no entanto, a fazenda foi administrada por procuradores, que continuavam a cobrar o foro anual dos habitantes. Os moradores mais antigos de Imbassaí lembram-se do inglês Reginaldo Fenton, de Salvador

Laudano (conhecido como Salvador Gringo), de seu Juvêncio, de Genésio Tolentino — a maioria residentes em Sauípe.

Os relatos sobre o fim da posse da Companhia Inglesa nas terras do Litoral Norte são contraditórios. Segundo informações colhidas em campo, teria havido um incêndio no escritório da companhia, em Salvador, após o quê esta teria encerrado suas atividades e as terras teriam ficado devolutas. Outros acreditam que isso teria acontecido ainda antes, com a partida do procurador Reginald Fenton para a Europa, em fins da década de 1940. De toda forma, é certo que houve um lapso na propriedade formal das terras do litoral Norte, que foi revelado em todos os povoados pesquisados.

De acordo com STIELFMAN(1997, p.24), parte das terras da Companhia, equivalente a cerca de 1.700 hectares, entre o rio Santo Antônio, no município de Mata de São João, e o rio Sauípe, no Município de Entre Rios, foi comprada em 1944 pela Construtora Norberto Odebrecht – CNO, onde hoje está implantado o Complexo Costa de Sauípe. A outra parte foi adquirida, posteriormente, por Rosendo Serapião de Souza, um rábula que atuava na região de Entre Rios e que, através de um golpe, passou a dizer-se proprietário das terras, requerendo-as ao Patrimônio da União. A Companhia Inglesa, até a década de 30 argüiu como nulos os títulos exibidos e conseguiu decisão favorável da justiça em 1932. Mas um procurador da República dá ganho de causa ao filho de Rosendo Serapião, Manuel Serapião de Souza que em 1962 entrou com processo requisitando como herdeiro as terras que descrevia como Aldeia Massarandupió e Aldeia Sauípe, sem especificar limites ou extensão das mesmas. (A TARDE, 2002, p17).

Moradores da região recordam o processo de expropriação iniciado nessa vasta área, que atingiu Imbassaí, Massarandupió, Canoas, Santo Antônio, Vila Sauípe e Porto de Sauípe, entre outras localidades menores, hoje inexistentes.

Mas ele roubou isso aí! O pai dele chamava Januário e morava em Entre Rios (...). Na Aldeia, tinha um terreno aí de 40 tarefas. Sendo que 20 era da Sta. Terezinha do Porto e vinte do finado Januário. Entonce o Januário morreu, ele veio, o Serapião veio. Aí veio pegar esses documentos dessas 40 tarefas de terras. (...) Entonce veio, pegou o documento na mão da mulher do velho de Serapião pra legalizar uma causa; pra legalizar esses papéis. (...) E ficou. E nessas 40 tarefas, Manuel Serapião, o filho, vendeu a ... Pra praia não sei quantas mil tarefas e vendeu essa outra parte de cá, que é da Copener, onde foi plantado o eucalipto. Foi também dividido (...) não passou os documentos pra firma, nem nada. Se não era dele, como ele podia passar documento? Ele fez tirou a xerox dos documento velho, dessas 40 tarefas. Serapião era de Entre Rios. (Almiro)

Em 1962 Manuel Serapião de Souza, filho de Rosendo Serapião entrou com uma carta de adjudicação, na Comarca de Esplanada, requisitando as terras do que descrevia como Aldeia Massarandupió e Aldeia Sauípe, sem especificar limites ou extensão. O processo em que os ingleses venceram sumiu da Comarca de Entre Rios, que havia se emancipado de Inhambupe e um procurador da República declara Manuel Serapião como ocupante das áreas em litígio. Assim na década de 70 Manoel, proclama-se dono e firma consorcio com a Barreto de Araújo Empreendimentos Imobiliários, empreiteira ligada ao Banco Econômico. Em 1995 o Banco entra

em falência e leva com ele a Barreto Araújo, dois anos depois. (STIELFMAN,1997, p.24).

As terras foram então adquiridas em 2001 pelo grupo Português Pacab Brasil, (atual Resort Villas) e pela Klabin Baccel, num processo de leilão considerado nebuloso, esse grupo Português hoje é dono de Massarandupió.

G: A transação com essas terras aí foi feita por um Sarapião velho, que tem lá pelos lados de lá, um advogado brabo, da Companhia...

R: Da Companhia Inglesa... ele brigou?

G: Entraram numa briga e diz que eles ganharam essas terras, os Serapião e daí eles venderam para a empresa do pinho e já esse restante não foi ele quem vendeu foi um pessoal, de fora, que rodearam esses terrenos lá de Matuí até aqui.

Maria Aparecida Silva, (1998, p.46-48) chama de “mercadores de terra”, esses indivíduos que faziam a intermediação da passagem das terras das mãos dos posseiros, para as mãos das companhias reflorestadoras. Essa estratégia geralmente contava com o apoio logístico jurídico e uma verdadeira equipe responsável por camuflar os reais interesses que estavam por trás da compra e venda da terra. Em primeiro lugar, era necessário providenciar os meios de desapropriar os posseiros, depois era necessário arranjar um intermediário para transferir o título de posse da terra e funcionários do cartório para ampliar a área vendida, ou grilada. Finalmente uma nova compra deveria ser realizada, agora pela empresa reflorestadora, mais tarde imobiliária, ou turística. Advogados também eram envolvidos nas ações, pagos para negociar com os posseiros, ora amedrontando-os, em relação à possibilidade da perda total das terras, ora tomando documentos de posseiros, desesperados em busca de resistir à venda e sumindo com os documentos, possibilitando a nova apropriação.

Em relatos os informantes afirmaram que a ação da Barreto Araújo sempre foi violenta e pautada na grilagem de terras. A maioria dos informantes não legitima as terras adquiridas por esta empresa, assim como não aceitam a posse da terra pelos Portugueses em Massarandupió. Grande parte do Litoral Norte pertence ainda hoje a grandes empresas como: Barreto Araújo Empreendimentos Imobiliários S/A, a Odebrecht (Fazenda Sauípe), Klaus Peters (Fazenda Praia do Forte) e ao Resort Villas Massarandupió. . Algumas fazendas, cercadas, passaram a funcionar como reserva de valor — empregavam um ou dois administradores, mantinham apenas algum coco e algum gado, como forma de manter os custos da propriedade.

A Barreto de Araujo veio e tomou dessa praia de Porto de Sauípe até a pedra de Itapoã, Subauma... Não plantou nada! Foi o que acabou com a região, a Barreto de Araujo. Esse coqueiral ali na beira da praia, todo mundo tinha sua roça de coco. Isso aqui, quando era dia de hoje em diante, começava a encher de coco. Eram dois caminhões que rodavam para Alagoinhas, na quinta-feira, com um Sr. chamado Joãozinho, carregando para São Paulo, Ceasa.(Geraldo)

Antes disso, então apareceu, aí soubemos que tava vindo umas firmas, tomando as terras, desapropriando os moradores. Aí ficava todo mundo revoltado, pensando. É, mas vamos ver! Aí pra dentro, no interior chamava Buri, Buri, Piaçava e Dendê. Era lugar, nome de lugarzinho, que morava gente. Patioba, tudo era nome de lugar. Minha fia, quando

demo fé... oia, a firma chegou pra lá, tomou, se apropriou dos pobres de lá. Deu o que ela bem quis dar, aquela besteira. Tem muitos que mora lá, aí no São José do Avena, sabe onde é? (...) Muitas pessoas aí do mato, que eles tomaram as casas, derrubaram, meteram trator, derrubaram, as casinhas dos bichos era tudo de taipa, casinha ruim, que não era boa.(José)

Houve um período, no entanto, narrado pelos entrevistados, em que, por exemplo, os habitantes “colocavam roça” para os lados do Areal, muito para o interior, até a divisa com o município de Itanagra. Em Malhada, os agricultores também plantavam livremente, onde melhor lhes conviesse. Esse tempo, em que as roças eram cercadas e os animais criados soltos, é lembrado como uma idade dourada ao longo de boa parte do Litoral Norte. A vida dessas populações transcorria até a década de 50, sem maiores interferências dos grandes centros urbanos e essas populações da região do Litoral Norte, garantiam formas próprias de viver.

Cada pessoa ocupava uma área, com seus coqueiros, seu sítio, sua casinha, de taipa, de palha, tudo era de palha (...) Nós fomos morar numa casa de palha, depois é que fizemos uma casa de telha (Vina)

Alguns atravessaram o período e podem narrar como adquiriram o direito a terra. Na maior parte dos casos, ocorreu um desinteresse das grandes empresas, por um ou outro pedaço de terra. E os proprietários atuais garantiram mais tranqüilamente a posse.

Eu tenho uma meia tarefa de terra, eu cheguei para aqui e esses terrenos da Companhia Inglesa, daquele povo do primeiro século do mundo, aí que esse pessoal mais velho ainda pagava [inaudível], eu cheguei nessa época e comecei a trabalhar, eles já tinham tirado, cada um, seus terrenos melhores para trabalhar e eu tinha de juntar. Cheguei novo, como 19 anos, eu pensei em fazer qualquer coisa, meti as caras. Depois de 8 a 10 anos esses terrenos passaram para o Estado e cada um fez sua declaração, tomamos então posse do terreno, pois depois de 5 anos já se tem direito e eu tenho uns 50 ou 60...(Geraldo)

Outros conseguiram apoio de outros proprietários mais esclarecidos, que os instruíram sobre os direitos, estimulando assim a resistência destes. Porém, a liberdade no uso da terra não durou, sendo restringida em alguns locais mais rapidamente que em outros. Em Imbassaí, por exemplo, as terras já tinham novo dono em 1952. Segundo relatos orais, um dos antigos rendeiros do local apresentou-se nesse ano como proprietário das terras que hoje compreendem o povoado, exigindo novamente o pagamento anual da renda. Sendo pessoa de maiores posses, por ser proprietário do mercadinho mais importante da localidade, “seu Aquilino” obteve o registro definitivo das terras.

Mas em muitos lugares, os títulos de propriedade não seguiu imediatamente a expulsão dos habitantes, ou mesmo a cobrança de foro ou renda. Os novos proprietários tiveram que esperar pela valorização da área para vendê-la ou pela criação da infra-estrutura necessária para concretizar seus projetos — muitos nem chegaram a cercar a área obtida junto aos cartórios. “O dono disso aqui era Aquilino, já morreu, ele morava em Açú da Torre.Tirava a madeira para

cercar o terreno; terra tudo devoluta, o primeiro que tinha terra era Seu Aquilino, que cercou. Que comprou, hoje? Só gente rico”. (Cassio).

As abordagens a cerca da perda das terras pela população que durante um período gozou de alguma liberdade para a sua manutenção, nos remete a uma reflexão a cerca do significado da terra . Alguns deixam claro o desconhecimento do valor da terra, como artigo de venda no mercado. As terras, até então demoravam muito tempo nas mãos de famílias que entravam em acordos de uso com a população local. Receber dinheiro em troca de terra não era algo próprio do universo da população. Além do mais desconheciam as leis de uso do solo e os direitos que estas garantiam aos seus ocupantes.

Agora é que chegou aqui a Odebrecht, mas o pessoal tá todo por fora,... nós já peguemo metade vendemo. (...) Chegava uma pessoa comprava um pedaço de terra. Aquele dinheirinho era o que tava precisando né? Que isso era do coco. Terra naquele tempo não tinha valor, nós não sabia nem que terra, era tudo nosso não! Peguemo nada dos outro, nós não sabia, demo tudo pros outro, que a gente não conhecia. Agora que nós tamo conhecendo..., já foi... Agora que nós sabemos, que agora nós precisa ter terra.... Nós não liguemo, deixamo só um pedacinho aqui! Nós podia pegar tudo! Porque não tinha dono, agora os donos apareceram tudo... Eles é sabido, conhece tudo, pegou botou tudo nos documento deles.(Suélia).

Nesse contexto, a especulação imobiliária se apresenta como resultado de maior impacto do modelo de modernização regional do Litoral Norte: novos atores surgiram no cenário local de posse de títulos de propriedade; a grilagem e a ameaça foram estratégias comuns; os campos foram cercados; os antigos foreiros expulsos; alguns povoados, encravados em fazendas, desapareceram ou sofreram pressões terríveis — a especulação imobiliária, em detrimento da valorização monetária das terras e do valor de uso, fez com que o regime de meia fosse progressivamente abandonado e com ele toda a vida de centena de pessoas que foram destituídas de valor social.

Se eles pudesse? Se eles pudesse tinha posto nós tudo no mesmo saco.... Chegava aqui...tá vendo as casinha, nossas prantação...derrubou . Meteu trator! Tudo no trator. Acabou com tudo!(José)

Turismo e degradação socioambiental

De todos os povoados do Litoral Norte influenciados pelo turismo após a década de 90, particularmente pelo Complexo Turístico Costa de Sauípe, Porto de Sauípe apresenta o maior crescimento urbano (que não deve ser confundido com desenvolvimento urbano) e problemas sociais e ambientais muito sérios, que vêm motivando pesquisas na localidade.

A visível degradação dos manguezais de Porto de Sauípe provocada pelo crescimento urbano desordenado solapou as antigas formas de organização social da população que tradicionalmente reside no local e tem colocado em risco uma das principais fontes de alimento dessa comunidade. O saneamento básico ineficiente é fator determinante da contaminação dos mangues. Os moradores mais antigos vêm testemunhando a agressão ao manguezal a cerca de

trinta anos, mas confirmam que o assoreamento foi acentuado nos últimos dez anos, pela construção da Linha Verde e implantação do Complexo. Este atraiu o aumento do fluxo turístico para a região e transformou o local em pouso de operários da construção civil. Um novo personagem também apareceu com maior frequência: os grileiros que invadem o mangue e constroem casas para vender, criando um mercado imobiliário para populações de baixa renda.

A pesca continua a ser importante meio de subsistência dessa população, além de constituir a base de sua identidade cultural. Entretanto, a falta de barcos para a pesca, a chegada de pesqueiros de outras localidades, a escassez do pescado e a poluição dos mangues são justificativas dadas pelos pescadores para a diminuição da atividade. Muitos pescadores passaram a trabalhar no comércio local e a pesca passou a ser realizada com menor frequência. Além disso, os filhos de pescadores têm manifestado desinteresse pela profissão e mantêm a atividade apenas como lazer ou complemento da subsistência familiar.

O artesanato do trançado das fibras feitas da piaçava e de outros cipós — herança cultural indígena — mantém sua importância. Porém, a intervenção de “projetos sociais”, preocupados com a produção em larga escala para o mercado do turismo, tem levado à redução da vasta técnica de trançado. Prevalece atualmente a confecção de bolsas, chapéus, esteiras, com pontos simples e massificados, destituídos do valor da tradição secular.

Os projetos sociais desenvolvidos na região não têm correspondido aos interesses dessa população, uma vez que não elaboram estratégias para a e valorização dos seus saberes e para a criação de políticas públicas específicas.

CONCLUSÃO

Esses dados indicam que a atividade turística, tal como foi implantada no Litoral Norte da Bahia, não tem oferecido uma opção viável para a reprodução econômica das populações que vivem na região. O que se verifica é uma enorme pressão sobre o preço das terras, ao lado da extinção de uma forma de ocupação territorial baseada no arrendamento ou na meia, que garantia a fixação das famílias nos povoados rurais. As ofertas de trabalho e emprego não atingem significativamente as parcelas mais pobres da população, que perderam seus meios de subsistência e não se adequam para atender ao mercado do turismo. Degradação, expropriação, exploração e exclusão constituem marcas do turismo no Litoral Norte da Bahia, do qual Porto de Sauípe se tornou um emblema.

REFERÊNCIAS

BAHIA. Governo do Estado, Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia, Centro de Estatística e Informação (CEI). **Reflorestamento na Bahia:** avaliação e perspectivas. Salvador, 1983.

SAMPAIO, M. R. T. **Formação de Atores e Reestruturação do Espaço.** O Caso COPENER — Celulose no Litoral Norte da Bahia. 1990. 196 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 1990.

_____. **Litoral Norte: Reflorestamento e Reestruturação.** Bahia: Análise e Dados, V. 2, n. 1. Centro de Estatística e Informações (BA). Salvador, 1992.

SILVA, M. A. de M. **Errantes do Fim do Século.** São Paulo: UNESP, 1999.

SILVA, R. B. **Complexo turístico Costa do Sauípe: transformações sócio-ambientais em Porto Sauípe** – Bahia. 112 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, área de concentração Gestão e Política Ambiental - Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2003.